

Imaúpe, 17.4.68

Senados,

O Marçalio Medeiros, filho, pediu-me
um texto para um caderno espe-
cial do "Jornal do Brasil", a circula-
lar no dia 25.4.

Escrevi o que vai em anexo.

O seu juízo crítico vai me dizer se é
aceitada ou incorreta a posição
que o artigo exprime.

Muito atentamente

Alides Alen

SANTA CATARINA

1957 - 1967

1. Tudo começou com a I Conferência Internacional de Investimentos, patrocinado pela Confederação Nacional das Indústrias, e que se reuniu em Belo Horizonte, em 1957. Para participar desta Conferência, a Federação das Indústrias de Santa Catarina, então, com poucos anos de existência, deveu preparar um documento sobre o Estado de Santa Catarina. Era Presidente da FIESC, o Senhor Celso Ramos, que vem depois a ser o Governador de Santa Catarina (1961-1966).
2. O documento que então se criou, em algumas poucas semanas, revelou que Santa Catarina:
 - 1º - Não crescia com a velocidade do restante do país (participando até de modo decrescente, na formação da renda nacional);
 - 2º - Que a renda média per-capita catarinense era inferior à renda média per-capita nacional;
 - 3º - Que os pontos de estrangulamento ao crescimento econômico se centravam na carência absoluta de energia, na deficiência dos transportes, na falta absoluta de comunicações adequadas, na inexistência de um sistema de captação e fixação de poupanças voltado para os interesses da economia catarinense, na deficiência e tradicionalidade da mecânica de formação de recursos humanos;
 - 4º - Que o Poder Público apenas ensaiava um Plano, e que este Plano tenha defeitos básicos que o levariam à inviabilidade de resultados;
 - 5º - Que havia uma potencialidade a despertar nas classes empresariais, com vistas à ampliação do setor industrial;
 - 6º - Que o setor primário era dominante na formação da renda territorial (mais de 50%), e rural em 67% o contingente populacional, e a despeito disto, desassistida a agricultura e a indústria extrativa.
3. Em 1958, a FIESC propôs à CNI a realização de um Seminário Sócio-Econômico para completar os estudos esboçados em 1957. A CNI aprovou a idéia e se convocou, depois de um adequado planejamento, o Seminário Sócio-Econômico, para ter lugar a partir de 1959. (Vide Noticiário do Seminário nas publicações anexas).
4. A primeira Reunião do Seminário se deu a 29 de outubro de 1959, na cidade de Chapecó. Mais de 200 pessoas estavam presentes, re-

representando tôdas as comunidades, nos diferentes níveis de liderança comunitária.

5. O Seminário foi mais ou menos assim:

- 3.000 questionários foram repartidos sôbre os cem municípios, e entregues a 30 líderes em cada município.
- Ao se entregar o formulário, mantinha-se uma entrevista com o informante. A equipe entrevistadora foi treinada para este fim.
- 17 cidades foram eleitas para o recebimento dos questionários. O "líder" era convidado a fazer a entrega do questionário na Reunião, e debatia, então, durante todo um dia, os temas abordados no questionário, com os "líderes" dos outros municípios. Os debates eram todos gravados e sumarizados numa ata, aprovada ao final de cada reunião. A ata refletia o pensamento médio do grupo a respeito dos temas discutidos.
- Terminadas as 17 Reuniões, redigiu-se um documento preliminar, contendo a opinião média sôbre todos os problemas abordados. Este documento foi distribuído a todos os participantes das Reuniões preliminares, que foram chamadas de Reuniões Informais.
- Depois, convocaram-se as Reuniões Regionais, em número de 8.
- Os "líderes" revelados nas 17 Reuniões Informais foram convocados para as Regionais e aí se discutiu o documento preliminar. Feitos os ajustamentos, tinha-se pronto e em condições de ser discutido, o Documento Final.
- Em 5-12-1960, 14 meses depois da 1ª Reunião, o Documento do Seminário foi adotado pela Coletividade. O documento refletia a realidade e punha a imagem de um plano de ação governamental.
- O então Presidente da Federação das Indústrias, Senhor Celso Ramos, fora eleito Governador de Santa Catarina em 3-10-1960. Empossado no Govêrno em 31-1-61, transformou o Documento do Seminário, no Plano de Metas do Govêrno, institucionalizando-o em Lei.
- O Plano de Metas resultou em *síntese, no seguinte:*
 - Elevação de 100 para 250.000 Kw a disponibilidade de energia.
 - Construção de 2.000 km de linhas de transmissão, respectiva transformação e distribuição.
 - Construção de 700 km de rodovias e importação de equipamento rodoviário para o Estado e as Prefeituras Municipais.

- Escolarização de 200.000 crianças no nível primário e duplicação das matrículas no nível médio (de 26.000 para 53.000).
- Construção e equipamento de 2.500 salas de aula.
- Criação e operação do Banco de Desenvolvimento do Estado.
- Consolidação e expansão do Sistema de Extensão Rural e implantação da política de crédito rural orientado.
- Ampliação da rede hospitalar em mil (1.000) leitos, em 30 mil metros quadrados de área.
- Criação e operação do Departamento de Engenharia Sanitária (âmbito estadual), pioneiro na formulação do sistema de fundo rotativo para obras de abastecimento d'água e esgotos sanitários.
- Criação, implantação e operação da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, com as Faculdades de
 - Educação
 - Administração e Gerência
 - Engenharia Operacional (de Joinville).
- Implantação e operação do Instituto de Reforma Agrária.